

CAPITAL SOCIAL E COMPORTAMENTO ELEITORAL EM CASCAVEL EM 2004

José Otacílio da Silva*
Rosana Kátia Nazzari**
Antônio P. Pontes Filho***.

Resumo: O artigo analisa a relação entre capital social e comportamento eleitoral nas eleições municipais de 2004 no município de Cascavel-PR. Especificamente, procurou-se observar até que ponto a confiança do eleitor nas instituições políticas (legislativo e partido políticos) e os índices de cooperação e participação na vida comunitária influenciaram sua decisão em negociar seu voto; em participar do processo eleitoral, se o voto fosse facultativo, e em escolher seu candidato a prefeito ou em abster-se ou a votar branco ou nulo. Com informações obtidas entre os eleitores cascavelenses numa amostra de 440 entrevistas, o trabalho conclui que, de fato, aquelas variáveis referentes ao capital social exercem uma relativa influência no comportamento eleitoral. Neste sentido, é sugerido que as contribuições teórico-metodológicas de Pierre Bourdieu muito podem contribuir para a elucidação da questão.

Palavras Chave: Comportamento eleitoral; capital social, eleições municipais.

Abstract: The article analyzes the relationship among social capital and electoral behavior in the municipal elections of 2004 in the municipal district of Cascavel-PR. Specifically, it tried to observe to what extent the voter's trust in the political institutions - to Legislative and political parties - and the level of her cooperation and participation in the community life influenced her decision in negotiating his vote; in participating in the electoral process - if the vote went optional - and in choosing his candidate to mayor or in abstaining or to vote for white or null. With information obtained among the voters cascavelenses in a sample of 440 interviews, the work concludes that, in fact, those varied

regarding the social capital exercise a relative influence in the electoral behavior. In this sense, it is suggested that Pierre Bourdieu theoretical-methodological contributions a lot can contribute to the elucidation of the subject.

Key Words: Electoral behavior; social capital, municipal elections

1. INTRODUÇÃO

A democracia representativa, enquanto mecanismo de participação política que garante a participação dos cidadãos nos processos de decisões políticas por meio da escolha e do controle de seus representantes é uma invenção moderna (COTTA, 1984). Até os séculos XVII/XVIII, eram a nobreza e o clero que detinham o poder político, isto é, o poder de tomar as decisões sobre os assuntos coletivos, enquanto aos demais membros da coletividade (servos, artesãos, recém surgidos trabalhadores assalariados e burgueses) não restava outra alternativa senão ficarem à margem dos processos decisórios e obedecerem ao poder instituído. Com a Revolução de 1789, a burguesia e seus aliados, até então excluídos dos processos políticos, conseguiram destronar os detentores do poder político, e instauraram, assim, uma nova forma de organização política onde a vontade do povo, por meio da representação, teria expressão nas decisões políticas.

Entretanto, a democracia representativa – instaurada pela burguesia e seus aliados – tem encontrado uma diversidade de obstáculos em seu processo de consolidação. Uma das principais dificuldades que se coloca no processo de consolidação democrática foi percebida por Rousseau ainda no século XVIII. Na avaliação de Rousseau (1981), a democracia representativa, enquanto mecanismo de participação política dos cidadãos nos processos decisórios teria grandes dificuldades para se instituir, pois, entre outras razões, nas decisões dos supostos representantes do povo, o interesse particular seria sempre colocado acima do interesse do povo.

A descrença dos cidadãos nas instituições políticas pode ser observada não só nas pesquisas realizadas pelos diversos cientistas políticos, mas também nos recentes processos eleitorais ocorridos no Brasil nas últimas eleições do período pós-ditadura militar. Nestas sucessivas eleições, se uma parcela significativa dos cidadãos participou do processo eleitoral escolhendo seus representantes sem muita empolgação, outra parcela não menos significativa, quando não anulou o voto ou votou em branco, nem sequer compareceu às urnas atendendo à obrigatoriedade do voto. No município de Cascavel-PR, por exemplo, o total de votos brancos, nulos e abstenções nas eleições para prefeito realizadas em 1996 e em 2000 foram respectivamente de 26,21% e de 27,01% do total de eleitores inscritos no TSE – Tribunal Superior Eleitoral. Nas eleições para Presidente da República realizadas em 1998 e em 2002, também em Cascavel, esses mesmos índices de votos brancos, nulos e abstenções voltaram a se repetir numa média de 29% do total de eleitores.

Daí, o interesse do Grupo de Pesquisa em Comportamento Político (GPCP) da UNIOESTE, em analisar, nesta pesquisa, o comportamento eleitoral dos cascavelenses nas eleições municipais de 2004. De um modo geral, o estudo visa tratar do comportamento eleitoral dos cidadãos cascavelenses em dois aspectos distintos e complementares: 1) até que ponto os eleitores estiveram predispostos a um comportamento negativo, negociar o voto, não votar se o voto não fosse obrigatório; abster ou votar branco ou nulo, no processo eleitoral e, 2) até que ponto é possível relacionar o “capital social”, nível de confiança dos eleitores nas instituições e nas pessoas e de predisposição para a cooperação e participação na vida comunitária, com as eventuais atitudes negativas dos eleitores?

2. REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO

As recentes pesquisas que tratam do comportamento político têm utilizado o conceito de capital social como um importante instrumento analítico. De um modo geral, o conceito tem sido utilizado para expressar as relações entre estabilidade política e a participação dos cidadãos nos processos de tomadas de decisões políticas. As pesquisas que adotam este enfoque, normalmente, concluem que quanto maior é o nível de capital social acumulado em uma sociedade, maior é o nível de participação política dos cidadãos nos processos decisórios e maior é a legitimidade e a estabilidade do sistema político.

Com a noção de capital social, os pesquisadores contemporâneos querem designar “[...] as redes, normas e valores que favorecem a cooperação entre as pessoas em busca de objetivos comuns, incluindo aspectos da estrutura social e da dimensão psico-cultural” (SCHMIDT, 2004). Quer dizer, trata-se de um estado da vida social onde o conjunto das condições objetivas e subjetivas da comunidade tanto pode favorecer como pode prejudicar o bem-viver social. Na comunidade onde as redes de interação social, as normas e os valores são intensos e fortemente aceitas por todos, pode-se dizer que há ali um elevado nível de capital social, isto é, uma forte predisposição das pessoas para a cooperação na busca dos objetivos comuns. Ao contrário, onde estas redes, normas e valores são frágeis, a tendência seria o indivíduo voltar-se para a vida privada e deixar a vida coletiva em segundo plano. Nesse sentido, Putnam (1996) diria que “a existência de fortes obrigações dos cidadãos com a comunidade, a intensa participação dos cidadãos na vida comunitária. O sentimento de solidariedade, de confiança, de tolerância existente entre eles e as densas redes de associações” constituiriam um conjunto de aspectos favoráveis à vida social, ou seja, um conjunto de fatores que atuaria “em prol do bem público” (SCHMIDT, 2004, p. 150).

A idéia de que o nível de capital social, ou seja, a idéia de que a predisposição para a participação na vida comunitária, à predisposição para a cooperação, a confiança existente entre os cidadãos, bem como a força dos valores e das normas, se encontram estreitamente relacionada com a organização da vida social, não é uma idéia nova. De certa maneira, no Mundo Antigo, a

filosofia política de Platão e de Aristóteles, por exemplo, já indicava a importância das condições subjetivas para o bem-viver social. Platão (s/d) diria que a existência de uma república ideal só seria possível na medida em que, ao lado de uma justa divisão social do trabalho, os cidadãos, os homens livres da época, renunciassem a seus interesses particulares e direcionassem, coletivamente, suas ações para a busca do Bem. Aristóteles, da mesma forma, entendendo que a felicidade, individual ou coletiva, não é outra coisa senão a ação, diria que uma sociedade só seria feliz na medida em que os homens - individual e coletivamente, sacrificassem seus desejos extremos e direcionassem suas ações para a busca do meio termo.

Entretanto, a despeito da aparição desses aspectos isolados do conceito de capital social nas teorias políticas antigas e clássicas, só recentemente o conceito conquistou o status de categoria analítica. Como diz Baquero (2001, p. 34), “A noção de capital social assume o caráter de categoria analítica no artigo publicado por Robert Putnam (1995) intitulado “Bowling Alone: America’s Declining Social Capital”. Nesse estudo, Putnam procurou demonstrar que o nível de capital social acumulado entre os norte-americanos ao longo do tempo, encontrava-se em visível declínio. A partir deste estudo, diversos pesquisadores procuram, da mesma forma, estabelecer relações entre os níveis de capital social de uma dada sociedade ou de um dado segmento social e os níveis de participação dos cidadãos na vida política. O próprio Putnam, em seus estudos posteriores, iria demonstrar que “a confiança, as normas e as redes de reciprocidade que se estabelecem numa comunidade formam um capital social, o que, por sua vez, produz eficiência na sociedade constituída para superar os problemas de ação coletiva” (BAQUERO, 2004, p. 126). Como revela Nazzari (2003), Putnam, em seu estudo sobre a Itália, demonstrou que o capital social se encontrava relacionado com o desenvolvimento das diversas regiões daquele país: nas regiões onde o nível de capital social era mais elevado, melhor era o desempenho econômico dessa região em comparação ao desenvolvimento das regiões que possuíam baixo nível de capital social.

Enfim, de um modo geral, é possível destacar pelo menos três aspectos básicos do conceito de capital social que têm sido apontados pelos diversos estudiosos: a confiança recíproca que possa existir entre os cidadãos de uma dada comunidade, a participação efetiva dos membros dessa coletividade na vida comunitária e a efetiva cooperação que possa existir entre eles. É esse capital social, considerado como redes de confiança, de participação e de cooperação que permeiam a vida social que, na visão dos diversos cientistas sociais, tanto poderia contribuir para o desenvolvimento econômico de um dado país ou região, como poderia contribuir para a legitimidade e estabilidade dos sistemas políticos. Quanto maior a confiança que as pessoas depositam umas nas outras e nas instituições sociais e quanto maior a predisposição para a cooperação e participação na vida social, maior seria a tendência para que o sistema econômico e/ou político funcione com eficiência.

O presente artigo tem o propósito de averiguar se há alguma relação entre a noção de capital social e determinados aspectos do comportamento eleitoral. O pressuposto é de que o

nível de confiança dos cidadãos cascavelenses nas instituições políticas e nos políticos bem como a predisposição desses cidadãos para a cooperação e a participação na vida comunitária, pode exercer significativa influência em seu comportamento eleitoral, isto é, na escolha de seus representantes para o exercício do poder executivo e do poder legislativo. Com base nesses pressupostos, o artigo procurará averiguar até que ponto os baixos níveis de confiança e de predisposição do cidadão para cooperação e participação na vida comunitária são responsáveis pela predisposição do eleitor à negociação do voto; a não participar do processo eleitoral se o voto fosse facultativo, a abster-se ou a votar branco ou nulo, no caso do voto obrigatório.

As informações necessárias para a demonstração da relação entre capital social e comportamento eleitoral foram obtidas por meio de pesquisa quantitativa e qualitativa. Tanto os dados quantitativos quanto os dados qualitativos, que não serão tratados aqui, foram recolhidos em uma amostra de 440 eleitores de um universo eleitoral constituído por 169764 cidadãos aptos a votar. Dentro desta amostra, os eleitores do município, distribuídos em doze regiões da cidade e em ruas sorteadas, tiveram a oportunidade de oferecer as informações relacionadas não só com suas respectivas situações sócio-econômicas e envolvimento na vida social, mas também com suas atitudes político-eleitorais.

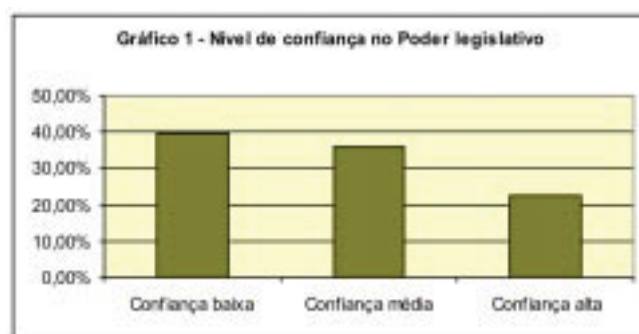
3. CAPITAL SOCIAL E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Uma análise aprofundada sobre a relação entre capital social e comportamento eleitoral implica no relacionamento de uma diversidade muito grande de variáveis. Se por comportamento eleitoral deve-se entender tanto o comportamento dos eleitores na escolha de seus representantes para o exercício dos poderes instituídos, como o comportamento dos pretensos representantes durante o processo eleitoral, neste caso, necessário se faria o estudo dos fatores e processos que condicionam o comportamento não só dos eleitores mas também dos candidatos. Mesmo que a investigação focasse apenas as relações entre capital social e o comportamento dos eleitores, ainda assim, seria preciso relacionar uma variedade muito grande de variáveis relacionadas com os níveis de confiança, de cooperação e de participação dos cidadãos nas mais diversas instâncias de participação na vida social e com os diversos matizes do comportamento dos eleitores.

Em virtude dos propósitos e ao espaço disponível, a análise se restringirá a enfatizar as eventuais relações existentes entre apenas algumas variáveis do capital social e do comportamento eleitoral: por um lado, níveis de confiança no legislativo, níveis de predisposição para a cooperação e participação na vida comunitária (cooperação na comunidade e participação no movimento sindical e, por outro lado, as predisposições dos eleitores para a negociação do voto), trocar o voto por favor pessoal como, por exemplo, um emprego, um cargo público ou qualquer bem material, em dinheiro ou em espécie; para a participação no processo eleitoral, mesmo que o voto não fosse obrigatório e para o voto branco ou nulo no lugar do “voto efetivo”, ou seja, do voto onde o eleitor escolhe, de fato, o seu representante.

4. CONFIANÇA E COMPORTAMENTO ELEITORAL

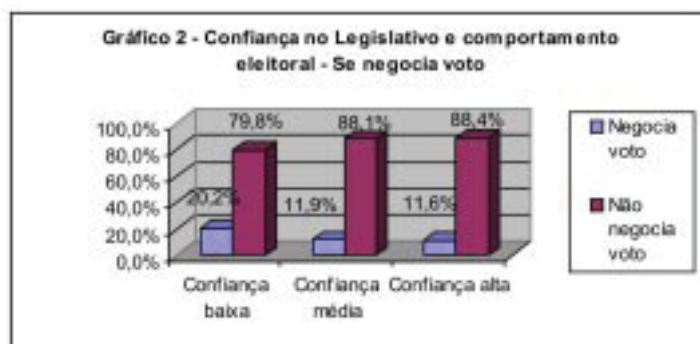
Como se pode observar no Gráfico 1, os níveis de confiança dos eleitores no Poder Legislativo e, de um modo geral, nas demais instituições e autoridades políticas, se revelam com uma preocupante negatividade.



Fonte: GPCP / UNIOESTE (2004).

Entre os 440 eleitores entrevistados, apenas 22% considera que o nível de sua confiança no Legislativo é bom ou ótimo (alta); enquanto em torno de 36% consideram esse nível regular (média) e um total de 40% considera ter uma confiança no Legislativo péssima ou ruim (baixa).

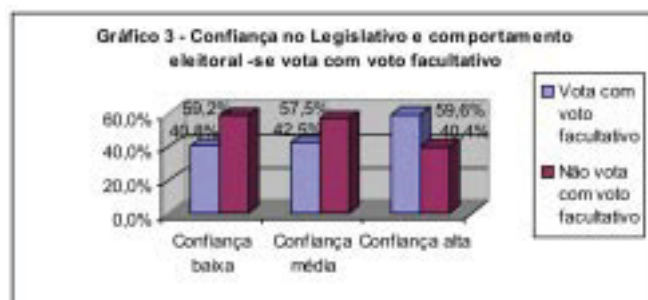
Os gráficos seguintes, 2, 3 e 4, mostram, respectivamente, a relação entre a confiança dos eleitores no Poder Legislativo e suas predisposições para a negociação do voto; para a participação no processo eleitoral se o voto não fosse obrigatório e para a escolha de seu representante no Poder Legislativo. Como se pode observar no Gráfico 2, a seguir:



Fonte: GPCP / UNIOESTE (2004)

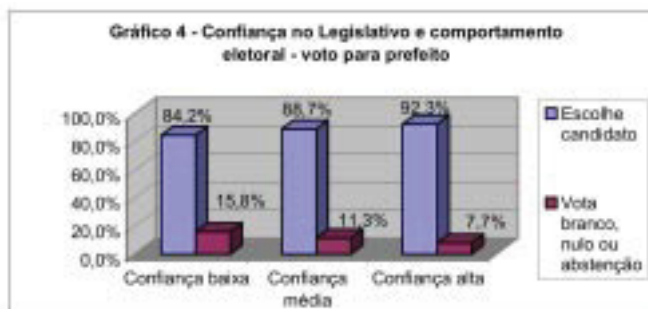
Quanto maior é o nível de confiança do eleitor no Poder Legislativo, maior é a sua predisposição para não negociar o seu voto e, ao contrário, quanto menor é a confiança do eleitor

no Legislativo, maior é a predisposição do eleitor para negociar o seu voto em troca de benefícios pessoais. Da mesma forma, conforme se nota no Gráfico 3, quando se trata da relação entre confiança no Legislativo e predisposição do eleitor para participar do processo eleitoral com voto facultativo, percebe-se que quanto maior é a confiança do eleitor no Legislativo, menor é a propensão para que ele não participe do processo eleitoral. Inversamente, quanto menor a confiança do eleitor no Legislativo, maior é a probabilidade para que ele participe do processo eleitoral caso o voto não seja obrigatório.



Fonte: GPCP / UNIOESTE (2004).

Por fim, o Gráfico 4 demonstra que quanto maior é a confiança do eleitor no Legislativo, menor é a propensão para que ele se abstenha de votar na escolha do prefeito ou vote branco ou nulo. Ao contrário, quanto menor é aquela confiança, maior é a predisposição para a abstenção ou para o voto branco ou nulo.



Fonte: GPCP / UNIOESTE (2004).

A mesma tendência verificada na relação entre confiança no Legislativo e comportamento eleitoral se repete quando se trata da relação entre confiança nos partidos políticos e comportamento eleitoral.



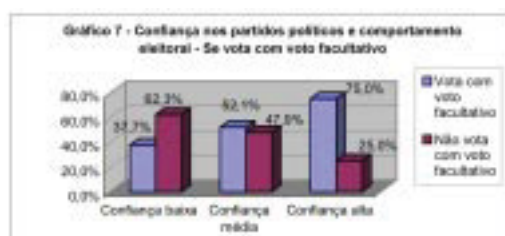
Fonte: GPCP / UNIOESTE (2004)

No Gráfico 5 é fácil perceber que a confiança dos eleitores nos partidos políticos se encontra em um nível deveras alarmante. Nota-se que enquanto apenas 9% dos eleitores possuem um elevado (bom ou ótimo) nível de confiança nos partidos políticos e 20% deles possuem um nível de confiança médio (regular), a grande maioria dos eleitores, 68%, possui um nível de confiança muito precário (ruim ou péssimo).



Fonte: GPCP / UNIOESTE (2004)

No Gráfico 6, observa-se que, com ligeira margem de diferença, quanto maior é a confiança do eleitor nos partidos políticos, eles menos se dispõem à negociação do voto por benefícios pessoais: enquanto 89% dos que possuem confiança alta estão dispostos a não negociar o seu voto, apenas 79% dos que possuem confiança baixa não estariam dispostos a fazer esta negociação.



Fonte: GPCP / UNIOESTE (2004).

O Gráfico 7 demonstra que enquanto apenas 25% dos eleitores que possuem alto índice de confiança nos partidos políticos estariam dispostos a não votar se o voto fosse facultativo, entre os que possuem níveis baixos de confiança nos partidos políticos, o índice de predisposição para não votar se o voto fosse facultativo, chega a 62%.

O Gráfico 8 demonstra que o nível de confiança nos partidos políticos não exerce uma influência significativa nos índices de abstenção e voto branco ou nulo: Se é verdade que, quando se trata das eleições para prefeito, apenas 12% dos eleitores que possuem níveis altos de confiança nos partidos políticos estariam dispostos a se abster de votar ou a votar branco ou nulo, esta disposição se eleva para apenas 13,5% quando se refere àqueles que possuem baixos níveis de confiança nos partidos políticos.



Fonte: GPCP / UNIOESTE (2004)

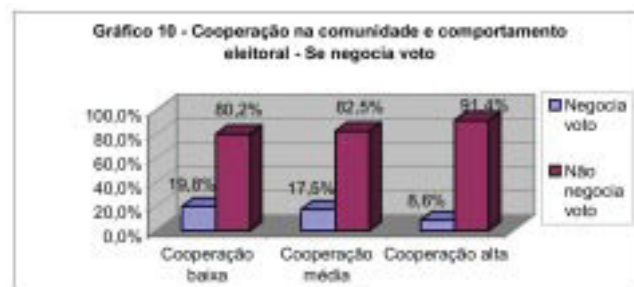
5. COOPERAÇÃO E COMPORTAMENTO ELEITORAL

O nível de cooperação dos eleitores cascavelenses na comunidade constitui outra variável que se procurou relacionar com o comportamento eleitoral. Conforme o Gráfico 9 a seguir:



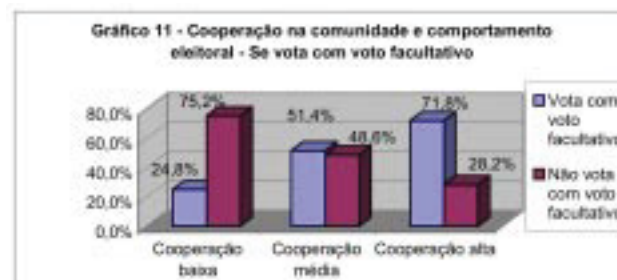
Fonte: GPCP / UNIOESTE (2004).

Pode-se considerar que boa parte dos entrevistados considera disposta a oferecer sua parcela de cooperação à comunidade em que vive. Neste sentido, o Gráfico 9 revela que, entre os entrevistados, há um índice de 41% dos eleitores que considera importante sua parcela de cooperação à vida comunitária e um índice de 33% sobre a percepção de baixa cooperação com a comunidade em que vive. Como se destaca no Gráfico 10 a seguir:



Fonte: GPCP / UNIOESTE (2004).

O Gráfico 10 mostra que, entre aqueles que cooperam significativamente com a vida comunitária, 91% não se encontra disposto a negociar seu voto em troca de benefícios e que entre os que pouco ou nada cooperam com a comunidade, apenas 80% não estariam predispostos à negociação de seu voto. Ou seja, entre os eleitores que cooperam com a comunidade 8,6% estaria disposto a negociar o seu voto e entre os que não coopera o índice de predisposição para a negociação do voto se eleva para 19,8%.



Fonte: GPCP / UNIOESTE (2004).

No Gráfico 11 observa-se que, entre os eleitores que cooperam significativamente com a comunidade, 28% não votaria se o voto fosse facultativo e que esse índice se eleva para 80% entre os eleitores que não oferecem sua cooperação à vida comunitária. Por fim, o Gráfico 12 mostra que quanto maior o nível de cooperação na vida comunitária, menor é a tendência para que o eleitor se abstenha ou vote branco ou nulo para prefeito, como se destaca a seguir:



Fonte: GPCP / UNIOESTE (2004).

Entre os eleitores que revelam elevados níveis de cooperação o índice de predisposição para se abster ou votar branco ou nulo é de 8% e entre os que expressam baixos níveis de cooperação a predisposição para se abster ou votar branco ou nulo é de quase 16%. Nesta direção, sabe-se que, a percepção de confiança e cooperação pode ser determinantes para a ampliação da participação em associações.

6. PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES E COMPORTAMENTO ELEITORAL

A participação dos eleitores em associações comunitárias, também não deixa de exercer alguma influência no comportamento eleitoral. Conforme o gráfico 13, nota-se que o índice de participação dos eleitores cascavelenses nas associações comunitárias se apresenta de maneira relativamente baixa:



Fonte: GPCP / UNIOESTE (2004).

Apenas 35% dos entrevistados participam de alguma forma, das associações comunitárias e a maioria expressiva, 65%, jamais teve alguma participação nessas associações.

No Gráfico 14, observa-se que entre aqueles que não participam de associações comunitárias, 80% não estaria disposto a negociar o voto e que, entre aqueles que participam das associações comunitárias, 90% não estaria disposto a fazer essa negociação.



Fonte: GPCP / UNIOESTE (2004).

Quando se trata da predisposição dos eleitores para a participação no processo eleitoral quando o voto é facultativo, percebe-se, no gráfico 15, a seguir:



Fonte: GPCP / UNIOESTE (2004).

Enquanto entre aqueles eleitores que não participam das associações comunitárias o índice de predisposição para não participar do processo eleitoral se o voto fosse facultativo, é de 36,9%, entre os eleitores que participam das associações comunitárias, o índice entre os entrevistados que não votariam se o voto fosse facultativo cai para 29,25%. Finalmente, verificando o Gráfico 16, pode-se notar que há uma ligeira propensão para que aqueles não participam de associações comunitárias estejam mais predispostos a se abster ou a votar branco ou nulo nas eleições para prefeito, do que aqueles que participam das associações comunitárias.



Fonte: GPCP / UNIOESTE (2004).

Enquanto, entre os que não participam de associações o índice de predisposição a se abster ou a votar branco ou nulo para prefeito é de 12,6%, entre os que participam esse índice cai para 9,8%.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se sabe, a discussão que ora termina tinha o propósito de averiguar existência de eventuais relações entre capital social, em alguns de seus aspectos: confiança no Legislativo; confiança nos partidos políticos; cooperação na comunidade e participação nas associações comunitárias, e o comportamento eleitoral entendido como participação dos eleitores na escolha de seus representantes, particularmente, no que tange às suas predisposições para a negociação de seu voto; participação no processo eleitoral com voto facultativo e escolha do prefeito.

Ao longo da discussão, pôde-se constatar que, de fato, os aspectos do capital social supracitados exerçam alguma influência no comportamento eleitoral dos eleitores cascavelenses nas eleições municipais de 2004. Pôde-se notar que é entre os eleitores que possuem maiores níveis de confiança no Poder Legislativo; entre os eleitores que mais confiam nos partidos políticos; entre os eleitores que mais se encontram dispostos a cooperar com a comunidade e entre os eleitores que mais participam das associações comunitárias, que se encontram os maiores índices de predisposição para não negociar o voto em troca de benefícios pessoais; para participar do processo eleitoral ainda que o voto fosse facultativo e para não se abster da votação ou votar branco ou nulo.

Inversamente, observou-se que é entre os eleitores que possuem os menores níveis de confiança no Legislativo; entre os eleitores que menos confiam nos partidos políticos; entre os eleitores que menos se encontram dispostos a cooperar com a comunidade e entre os eleitores que menos participam das associações comunitárias, que se encontram os menores índices de predisposição para não negociar o voto em troca de benefícios pessoais; para participar do processo eleitoral, ainda que o voto fosse facultativo, e para não se abster da votação ou votar branco ou nulo.

É possível que a influência do capital social sobre o comportamento eleitoral teria se manifestado de forma mais expressiva, caso os diversos aspectos do capital social, e não apenas alguns como se procedeu neste curto espaço para a discussão, fossem relacionados com as disposições dos eleitores para a negociação do voto; para a participação no processo eleitoral caso o voto fosse facultativo e para escolher, efetivamente, o seu candidato ao invés de optar pela abstenção ou pelo voto branco ou nulo. Provavelmente, numa amostra maior onde se pudesse selecionar entre os eleitores que confiam, a um só tempo, não só no Poder legislativo, mas também no Poder Executivo, no Poder Judiciário, nos partidos políticos, enfim, nas instituições políticas em geral e nas autoridades e pessoas de seu convívio; que cooperam com a comunidade nos mais diversos aspectos da vida social, e não apenas em alguns – e que participam das organizações sociais em geral, e não apenas das associações, a influência do capital social no comportamento eleitoral teria se revelado em índices bem mais elevados do que os que se manifestaram nessa breve discussão.

Entretanto, a demonstração de que o capital social exerce influências no comportamento eleitoral, ao que parece, não é suficiente para a elucidação da participação dos eleitores nos processos eleitorais. Se for verdade que os eleitores que mais confiam nas instituições políticas, nas autoridades e pessoas em geral; que mais cooperam e participam da vida comunitária, são os que mais se encontram dispostos a não negociar o voto, a votar mesmo com voto facultativo e a escolher efetivamente seus representantes, ainda assim, haveria que se perguntar: por que esses eleitores possuem mais confiança nas instituições políticas e porque estão mais dispostos à cooperação e à participação na vida comunitárias do que os demais eleitores? A idéia de que, por exemplo, a participação pode gerar mais confiança entre as pessoas e mais predisposições para a cooperação e participação – idéia sugerida por muitos estudiosos e negada por muitos outros – por si só não se sustenta: na participação, ou seja, nas relações sociais, pode nascer tanto à confiança, como a desconfiança, tanto a predisposição para a cooperação e participação como a predisposição para o isolamento.

Assim, para a compreensão do comportamento eleitoral, torna-se imprescindível explicar qual é a origem do capital social, ou seja, quais são os fatores e processos capazes de elevar o nível de confiança dos eleitores nas instituições e de predisposição para a cooperação e participação na comunidade.

Torna-se interessante seguir as sugestões teórico-metodológicas de Bourdieu (1983; 1984; 1990) para a elucidação da questão, particularmente, a sugestão de que as predisposições dos indivíduos para a ação, se formam em suas respectivas trajetórias sociais. Assim, no estudo sobre comportamento eleitoral poder-se-ia averiguar, com mais profundidade, as eventuais relações existentes entre as trajetórias sociais dos eleitores – trajetória familiar, religiosa, profissional, econômica, política, etc. – na formação da confiança nas instituições políticas e nas pessoas e na predisposição para a cooperação e para a participação na vida comunitária.

Dessa forma, além de explicar a relação entre capital social e comportamento político, a discussão se voltaria, também, para a explicação da origem do capital social. Além disso, no

aprofundamento das análises, poder-se-ia averiguar as eventuais relações diretas que possam existir entre trajetórias sociais e comportamento eleitoral. Neste caso, dever-se-ia demonstrar, por exemplo, até que ponto as trajetórias sociais influenciam as predisposições dos eleitores para a negociação do voto; para a não participação no processo eleitoral com voto facultativo e para a abstenção ou para o voto branco e nulo. Dados levantados pelo Grupo de Pesquisa sobre Comportamento Político da Unioeste – GPCP demonstram que, por exemplo, os trabalhadores desempregados, em relação aos trabalhadores que estão na ativa, são os que mais se encontram predispostos à abstenção e ou ao voto branco ou nulo. Enfim, a discussão não há de parar aqui.

8. NOTAS:

*O autor é professor de Sociologia e de Ciência Política na Universidade estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE e membro do Grupo de Pesquisa sobre Comportamento Político – GPCP. E-mail: otacilio@certto.com.br

**A autora é Doutora em Ciência Política, pesquisadora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE e líder do Grupo de Pesquisa sobre Comportamento Político – GPCP. E-mail: knazzari@hotmail.com

***O autor é professor de Antropologia e de Sociologia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE e membro do Grupo de Pesquisa sobre Comportamento Político – GPCP. E-mail: appontesfilho@yahoo.com.br

9. BIBLIOGRAFIA

BAQUERO, Marcello (org.). **A lógica do processo eleitoral em tempos modernos**. Porto Alegre / Canoas, Editora UFRGS / Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1997.

BAQUERO, Marcello. A desconfiança como fator de instabilidade na América Latina. In: BAQUERO, Marcello, CASTRO, Carlos O.C., GONZÁLES, Rodrigo S. (Orgs.). **A construção da democracia na América Latina**. Porto Alegre/Canoas: Ed. Universidade/UFRGS/ Centro Educacional La salle de Ensino Superior, 1998.

BAQUERO, Marcello. Alcances e limites do Capital social. In: BAQUERO, Marcello (org.). **Reinventando a Sociedade na América Latina**. Porto Alegre/Brasília, Ed. Universidade/UFRGS?Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 2001

BAQUERO, Marcello. Um caminho alternativo no empoderamento dos jovens; Capital social e cultura política no Brasil. In BAQUERO, Marcello et al. (Org.) **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004

BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique C. de O. A erosão da base democrática: um estudo de Cultura Política. In: BAQUERO, Marcello (Org.). **Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996.

BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique C. de O. A erosão da base democrática: um estudo de Cultura Política. In: BAQUERO, Marcello (Org.). **Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo, Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa, Difel, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

COTTA, Maurício. Representação Política. In: **Curso de Introdução à Ciência Política**. Brasília, EUB, 1984.

HOBBES, Thomas. **Leviatã**. São Paulo, Abril Cultural, 1999.

NAZZARI, Rosana Kátia. Capital social, cultura e socialização política: a juventude brasileira. 2003. **Tese de doutoramento** defendida no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

PLATÃO. **Diálogos III / A República**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, S/d.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PUTNAM, Robert D. **Bowling Alone: the collapse and revival of American community**. New York, Simon 7 Shuster, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Humus, 1981.

SCHMIDT, João Pedro. Os jovens e a construção de capital social no Brasil. In BAQUERO, Marcello [et. al.] (Org.) **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracia na América**. São Paulo: Nacional, 1969.